

Covid-19 e a população negra: desigualdades no contexto da pandemia

Jornal da Universidade / 16 de novembro de 2023 / Artigo

Artigo | A doutoranda em Epidemiologia Lidiane Dias Vieira analisa o impacto da doença em populações cujas condições de vida têm sido historicamente mais precárias em razão de condicionantes socioeconômicos e raciais

*Por Lidiane Dias Vieira

*Ilustração: Erick Nunes/ Programa de Extensão Histórias e Práticas Artísticas, DAV-IA/UFRGS

Ingressei no doutorado do Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no auge da pandemia da covid-19, em 2021. Naquele mesmo período, atuava como enfermeira em uma unidade de internação de um grande hospital público de Porto Alegre, atendendo, justamente, pessoas acometidas pelo vírus. Foi a partir dessa perspectiva – enquanto profissional da saúde, mulher negra e pesquisadora – que propus uma análise epidemiológica das desigualdades, já que acredito que o período pandêmico não foi o mesmo para todos, sobretudo se fizermos uma reflexão que considere raça e classe social.

Diante disso, é preciso contextualizar que a covid-19 é uma infecção causada pelo vírus SARS-COV-2 que se espalhou rapidamente, desafiando a saúde pública em todo o mundo. Devido à alta transmissibilidade do vírus, medidas de proteção, incluindo isolamento, foram instituídas na tentativa de conter a disseminação. Não fosse problema suficiente, a desigualdade se acentuou nesse período. Afinal, as pessoas expostas a condições sociais e econômicas desfavoráveis apresentam pior saúde, conforme já exortava **Alpana Sagar** em 1994: “Parece lógico que os pobres sejam menos saudáveis que os mais ricos e que o ambiente físico seja decorrente da estrutura social”.

Quando falamos em isolamento pandêmico, é necessário olhar para a realidade dos territórios e das famílias, muitas delas formadas por trabalhadores formais e informais, responsáveis pelo sustento. São, muitas vezes, moradores das periferias, locais que possuem casas muito próximas, limitações estruturais e que se encontram desamparadas. Pode-se dizer, então, que as práticas de isolamento social não funcionaram na mesma lógica, principalmente nas periferias, onde famílias numerosas vivem apertadas nas casas. Muitos dependem do transporte público para trabalhar e muitas vezes o veículo não opera com distanciamento social adequado, mas essas pessoas são obrigadas a embarcar em ônibus lotados para ir trabalhar.

Dados da segunda edição do **estudo Desigualdades por Cor ou Raça no Brasil**, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021, dão conta de que os pretos e pardos representam 56,1% da população brasileira. A mesma pesquisa mostra que os negros têm menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento, muito disso em razão do racismo estrutural – a partir do conceito de Sílvia Almeida. Ainda sobre dados, estima-se que o Brasil tenha a maior população negra fora do continente africano. Em números absolutos, se comparado ao restante do mundo, o país só perde para a Nigéria, o único país com uma população negra maior que a do Brasil.

Em nosso país, as condições de vida e saúde da população negra ainda são pouco conhecidas ou subnotificadas, embora a variável social raça/cor expresse um determinante da falta de equidade, manifestada no histórico de exclusão na sociedade. Não raro, estudos epidemiológicos apresentam dados em apenas duas partes: classes ou grupos, sem tentar dar conta da complexidade da questão racial ou com um olhar restrito para os múltiplos fatores que interferem na promoção, prevenção e tratamento daqueles que se autodeclaram pretos ou pardos.

Durante muito tempo, a informação raça/cor não constou dos registros oficiais, como nascimentos, mortes, atendimentos, serviços ou registros hospitalares. Por isso, as diferenças entre brancos e negros eram invisibilizadas e as reivindicações do movimento negro quanto à saúde eram banalizadas e consideradas naturais. Além disso, tais detalhes deveriam ser utilizados para orientar as políticas, os planos e programas que podem mudar as condições de vida de grande parte da população. A falta de registros segundo raça/cor é, portanto, uma estratégia adotada historicamente no Brasil, no sentido de manter a falácia da “democracia racial”. Como nos ensina Florestan Fernandes, seria uma ideia de que não existe racismo no Brasil. No entanto, isso é uma realidade utópica na qual todos teriam igualdade nas diferentes esferas da sociedade, independentemente de cor ou etnia.

Apesar de todos esses argumentos, o quesito raça/cor não foi considerado para análise de situação epidemiológica da covid-19 nos primeiros boletins epidemiológicos, ainda que constasse das fichas de notificação para Síndrome Gripal e para Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), ambas utilizadas como instrumentos de registro, monitoramento e avaliação dos casos suspeitos leves e graves da covid-19, respectivamente, na rede de atenção básica, nos centros de triagem, nas unidades de pronto-atendimento e na rede hospitalar, assim como no formSUS inicialmente elaborado para registros da doença causada pelo coronavírus. De forma prática, questionando o apagamento das informações, a incorporação do quesito raça/cor como categoria de análise somente ocorreu após posicionamentos do Grupo de Trabalho Racismo e Saúde, da Coalizão Negra e da Sociedade Brasileira de Médicos de Família e Comunidade.

Considerando esse cenário, percebe-se que a pandemia operou como mais um fator agravante na reprodução das desigualdades e das condições sociais impostas à população negra. Por isso, a humanização dos dados, segundo recorte racial, torna visível populações que vivem em condições de vulnerabilidade e não têm acesso à saúde de forma efetiva, devido à impossibilidade de isolamento social e à consequente exposição maior ao contágio. Houve também a ausência de trabalho remoto, a diminuição da renda, a fome, as condições de moradia e a distância geográfica das moradias. Fatos que constituem os múltiplos fatores que incidiram no acesso e na garantia da saúde.

A incompletude do quesito raça/cor nas diferentes fichas de notificação da covid-19 demonstra a invisibilidade dessa temática afro, bem como a dificuldade de mensurar o alcance da doença no Brasil na perspectiva da equidade. Podemos dizer que a pandemia confirmou que os grupos historicamente negligenciados, aqueles com baixa proteção ao emprego e as populações sem acesso adequado a cuidados de saúde acessíveis, estão entre os mais atingidos.

Lidiane Dias Vieira é enfermeira e doutoranda no PPG em Epidemiologia.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

:: Posts relacionados



Atingida pelas enchentes, Escola de Administração da UFRGS levanta reflexões sobre o prédio e seus espaços



A presença negra num bairro riograndino



Microcontaminantes orgânicos na água de abastecimento em meio à atual catástrofe climática



Cuidar e reinventar vidas e abrigos às margens

:: ÚLTIMAS



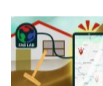
Carta aos leitores | 27.06.24



Atingida pelas enchentes, Escola de Administração da UFRGS levanta reflexões sobre o prédio e seus espaços



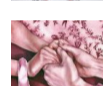
Acolhimento às crianças e adolescentes no abrigo sediado na Esefid



Tecnologias para tempos de emergência



Cotas indígenas na UFRGS: é preciso continuar falando sobre isso



Como as prisões ensinam o que é gênero, sexualidade e identidade



Carta aos leitores | 20.06.24



Em tempos de crise, comunidade acadêmica da UFRGS propõe ações para auxiliar estudantes e servidores afetados pelas enchentes



Edni Schroeder e a Universidade além dos muros

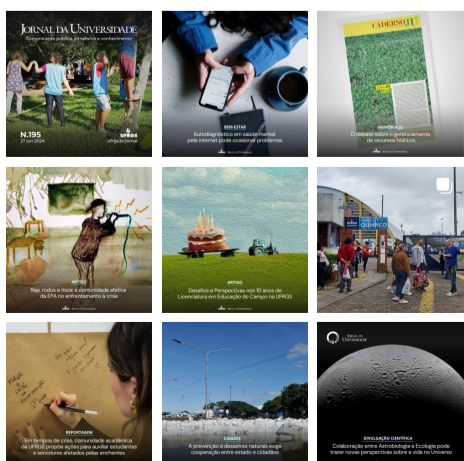


Cozinhas solidárias e o inadiável na cidade

INSTAGRAM

Jornal da Universidade UFRGS @jornaluniversidadeufrgs

Follow



View on Instagram

REALIZAÇÃO

JORNAL DA UNIVERSIDADE



CONTATO

Jornal da Universidade
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8.andar | Câmpus Centro | Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP: 90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br